

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.853 - SP (2019/0295024-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
WILD AFONSO OGAWA FILHO - RS086384B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HENRIQUE DA SILVA CRUZ DE JESUS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de HENRIQUE DA SILVA CRUZ DE JESUS contra decisão liminar proferida pelo Relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2207859-88.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante no dia 9/9/2018 (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 em razão da apreensão de 20,78g de *crack* e 837,11g de maconha (e-STJ fl. 61).

A Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* na Corte estadual em busca da revogação da prisão cautelar do paciente, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas do cárcere. O Relator da ação no Tribunal de origem, contudo, indeferiu a liminar, ao argumento de não haver, de plano, constrangimento ilegal (e-STJ fls. 67 e 68).

Na presente oportunidade, a Defensoria Pública alega que o Relator do Tribunal de origem "*não dedicou sequer uma linha para explicitar o porquê não haveria, na hipótese, constrangimento ilegal evidente, deixando, ainda, de analisar, mesmo que superficialmente, os fundamentos declinados na impetração originária, o que era imprescindível para que se cumprisse adequadamente o dever de motivação das decisões judiciais*" (e-STJ fl. 7).

No mais, sustentou a ilegalidade da segregação cautelar, tendo em vista a primariedade do paciente, portador de bons antecedentes e, em eventual condenação, fará jus ao redutor previsto no §4º, do art. 33, da Lei n.

Superior Tribunal de Justiça

11.343/2006, com possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar do paciente, mediante a imposição de medidas cautelares previstas no art. 319, superando o enunciado sumular n. 691 do STF.

É o relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular, o que não se mostra presente na espécie.

No caso, ao que parece, o paciente foi preso em razão das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, como se depreende do seguinte trecho do decreto de primeiro grau (e-STJ fl. 61, grifei):

(...) Anoto que a grande quantidade e variedade de entorpecente apreendido (20,78 gramas de crack e 837,11 gramas de maconha) fortalece, no caso concreto, essa conclusão, justificando a pronta resposta do Poder Judiciário e a manutenção da custódia cautelar, pois indica que o autuado faz do crime seu meio de vida. Ademais, qualquer medida cautelar diversa da prisão, ou mesmo a concessão de prisão domiciliar ao autuado, não seriam suficientes para impedi-lo de continuar exercendo a traficância, vez que se dedicava ao comércio de entorpecentes em sua própria residência, pelo que se constata nos autos.

Diante desse contexto fático excepcional, o Relator da ação originária entendeu não haver flagrante ilegalidade na prisão, razão pela qual

Superior Tribunal de Justiça

indeferiu a liminar (e-STJ fls. 67 e 68):

(...) Indefere-se a liminar, por ostentar caráter manifestamente satisfativo, na medida em que se entrosa com o mérito da impetração.

Ademais, a medida liminar em habeas corpus somente é cabível quando o suposto constrangimento ilegal é manifesto e detectado de imediato através do exame sumário da inicial e das cópias que a instruem, o que não ocorre no presente caso.

Com efeito, *O magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal preconiza que a grande quantidade de droga apreendida, entre outros aspectos, justifica a necessidade da custódia cautelar para a preservação da ordem pública. Precedentes (RHC n. 116.709, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 11/06/2013, publicado em 23/8/2013).*

Assim, no caso, não se verifica manifesta ilegalidade que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte.

Entendo, assim, que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar, no momento adequado, a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** a petição inicial do presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator